SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/08/2015 - Instituto Telecom

TIM e Vivo somam 1.031 milhão de linhas desativadas em julho

O Brasil registrou, em julho de 2015, 281,45 milhões de linhas ativas na telefonia móvel e teledensidade de 137,65 acessos por 100 habitantes. No sétimo mês do ano, os acessos pré-pagos totalizavam 209,98 milhões (74,61% do total) e os pós-pagos, 71,47 milhões (25,39%), de acordo com dados divulgados nesta terça-feira, 25/08, pela Agência Nacional de Telecomunicações.

O 4G somou 13.165.232 milhões de acessos 4G ativos, com 1,35 milhão de novas adições no sétimo mês do ano. Isso impulsionou o mercado de linhas pós-pagas, que passou de 25,15% em junho para 25,39%.

O 3G chegou a a 161.965.094 milhões de acessos ativos, com pouco mais de 120 mil novas adições em relação a junho (161.844.650). Já o 2G despenca. A tecnologia GSM fechou julho com 88.717.235 milhões de acessos ativos. Em janeiro, eram 108.653.612 milhões, o que signfica 19,99 milhões de desativações no mercado nacional no 2G nos sete primeiros meses do ano.

No ranking nacional, a Vivo segue líder do mercado com 29,21% de market share – ou 82.198.412 milhões de acessos ativos – mas, em julho, registrou 456.601 mil desativações. A TIM segue na segunda posição, com 26,30%, ou 74.025.144 milhões de acessos ativos, mas também teve um forte índice de desconexões: 575.254 mil.

A Claro, do grupo América Móvil, aparece na terceira posição, com 25,36%, ou 71.370.788 milhões de acessos ativos. Ao contrário das suas rivais, a empresa da América Móvil teve adições positivas em juho: 168.412 mil.

A Oi segue na quarta posição com 17,78%, ou 50.051.487 milhões de acessos ativos. E como a Vivo e a TIM a operadora também teve desconexões e adição negativa de junho para julho. A perda ficou em 179.723 mil acessos. A Nextel terminou julho com 0,76% de market share, ou 2.125.769 milhões de acessos ativos, com 41.085 mil de novas adições entre junho e julho.

25/08/2015 - Instituto Telecom

Algar investirá R$ 11,6 milhões em 22 novas redes

O Ministério das Comunicações publicou, nesta terça-feira, 25, a aprovação de 22 projetos de construção de redes do grupo Algar no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes), com valor total de R$ 11,6 milhões.

Os projetos, que serão desonerados do PIS/Cofins e IPI, compreendem redes de transportes e acessos óticos e de LTE, inclusive em cidades ainda não atendidas pela Algar. Os municípios que receberão as redes estão nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás.

O Minicom também aprovou projetos de redes da Oi, em Minas Gerais; da Sul América, que atua como MVNO; e outros três da empresa BRFibra Telecomunicações, nos estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás e no Distrito Federal.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/08/2015 - Carta Maior

Denúncia contra Cunha pode ligar Lava Jato à privataria tucana

Livro revelou movimentações em paraísos fiscais por pessoas próximas a José Serra. E também a Fernando Baiano, suposto "sócio oculto" de Cunha.

A denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), tem uma surpresa. Na página 40 aparece a ligação da Operação Lava Jato com a privataria tucana, ao rastrear o caminho do dinheiro das propinas sobre contratos de construção de sondas pela Samsung para a Petrobras.

Segundo a denúncia do Ministério Público, o representante da Samsung, Júlio Camargo, recebeu comissão por ter conquistado o contrato – e distribuiu propinas. Três desses pagamentos, entre junho e outubro de 2007, saíram das contas, em paraísos fiscais, das empresas Piamonte Investment e Winterbothan Trust Company, do próprio Camargo, para a Iberbras Integración de Negócios Y Tecnologia, ligada a Fernando Soares, o Fernando Baiano, chamado por Camargo de "sócio oculto" de Eduardo Cunha.

A denúncia registra que a Iberbras tem uma sucursal brasileira – Iberbras Integração de Negócios, de CNPJ 068.785.595/0001-01 –, registrada em nome de Hiladio Ivo Marchetti, marido de Claudia Talan Marin, que, por sua vez, é proprietária do Condomínio Vale do Segredo Gestão de Patrimônio Eireli, em Trancoso, no litoral sul da Bahia. Fernando Baiano tem entre seus bens sequestrados pela Justiça uma mansão naquele condomínio e realizou transferências para Cláudia Talan Marin no valor de R$ 1,6 milhão.

Cláudia Talan Marin e Hiladio Ivo Marchetti são filha e genro de Gregório Marin Preciado, ex-sócio do senador José Serra (PSDB-SP) em um terreno no Morumbi, bairro nobre de São Paulo. A mãe de Cláudia, Vicencia Talan Marin, é prima do senador tucano. Por este parentesco, Preciado muitas vezes é tratado nos meios políticos como "primo" de Serra.

Todo o capítulo 8 do livro-reportagem A Privataria Tucana (de Amaury Ribeiro Júnior, Geração Editorial, 2011) é dedicado a Preciado, com o título "O primo mais esperto de José Serra". No final do capítulo 7, há documentos da CPI do Banestado obtidos no Tribunal de Justiça de São Paulo, comprovando a movimentação milionária de dinheiro de Preciado em paraísos fiscais, em negócios com Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-tesoureiro de Serra.

As relações de Preciado com Serra são antigas e profundas. A antiga empresa de consultoria do atual senador, denominada ACP Análise da Conjuntura Econômica e Perspectivas Ltda., tinha como endereço o prédio da firma Gremafer, pertencente a Gregório Preciado. Neste imóvel também funcionaram os comitês de campanha de José Serra nas eleições de 1994 para o Senado, e de 1996, para prefeito de São Paulo.

Preciado também contribuiu para financiar campanhas de Serra nos anos de 1990 por intermédio de suas empresas Aceto, Gremafer e Petrolast. A família de Serra visitava sempre as casas de Preciado em Trancoso, região onde ele passou a fazer negócios imobiliários.

Um caso rumoroso envolvendo o DEM da Bahia foi na Ilha do Urubu.

A ligação de Fernando Baiano com a Iberbras foi confirmada nas investigações a partir do controle de acesso na portaria da Petrobras, onde Baiano identificou-se como representante da empresa.

Segundo informações de bastidores a respeito da delação premiada de Fernando Baiano, ainda sob sigilo, um dos assuntos delatados seria justamente negócios com o "primo" de Serra. A conferir.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/08/2015 - Vermelho

Youssef e Costa reafirmam: PSDB recebeu R$ 10 milhões para abafar CPI

Durante a acareação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa reafirmaram ter sido feito pagamento de R$ 10 milhões ao PSDB para evitar uma CPI no Congresso, em 2009.

Paulo Roberto Costa e Alberto YoussefPaulo Roberto Costa e Alberto Youssef Segundo os delatores, a propina foi paga para esvaziar uma CPI criada para investigar a Petrobras. Segundo Youssef, o valor de R$ 10 milhões foi pago pela empreiteira Camargo Correia ao então presidente do PSDB, Sérgio Guerra, morto em 2014.

O deputado Leo de Brito (PT-AC) aproveitou a revelação para questionar a oposição, que um pouco antes havia questionado Youssef e Costa a respeito de um suposto repasse de R$ 2 milhões para a campanha da presidenta Dilma Rousseff de 2010. Brito chamou de “esforço descomunal” as tentativas da oposição em envolver o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidenta Dilma nas denúncias.

“Queremos saber se vão utilizar [a oposição] dois pesos e duas medidas. Eu quero saber onde foram parar os R$ 10 milhões usados para barrar a CPI da Petrobras? Essa é uma pergunta que devemos fazer?”, questionou Brito. “Queremos saber se o dinheiro foi para o partido [PSDB], se ele estava envolvido”, complementou.

Na acareação, Costa acrescentou que foi procurado por Sérgio Guerra e pelo deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) para tratar do pagamento, que seria destinado a 'abafar' a CPI. "Da minha parte, posso dizer que eles receberam", disse.

25/08/2015 - Vermelho

"É como se tivesse ficado rico" diz beneficiado pela transposição do São Francisco

Projeto tem como objetivo garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nordestinos.

A presidenta Dilma Rousseff entregou a primeira Estação de Bombeamento (EBI-1) do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Projeto tem como objetivo garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nordestinos. De acordo com a presidenta, as obras serão concluídas até o final de 2016.

Assista ao vídeo:
https://www.youtube.com/watch?v=HGQJ8bqtPlI

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/08/2015 - Rede Brasil Atual

Dos trabalhadores em situação análoga à escravidão, 82% são terceirizados

Dado foi apresentado hoje (25) em congresso promovido pela Fundacentro, na Faculdade de Direito da USP, até sexta-feira (28)

Estatísticas do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) mostram que em 82% dos casos de trabalho análogo à escravidão encontrados em 20 anos de combate ao crime, os trabalhadores eram terceirizados. Em 1995 os grupos móveis de fiscalização começaram a atuar. "Os casos mais frequentes estão no setor de confecções e da construção civil. São pessoas sem registro em carteira e principalmente sem documentos", disse o auditor Luis Alexandre Faria, do Ministério do Trabalho e Emprego em São Paulo.

O dado foi apresentado hoje (25), quando foram discutidas a regulamentação da terceirização e as estratégias sindicais para as melhorias das condições de trabalho durante o 3º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde. O evento, promovido pela Fundacentro na Faculdade de Direito da USP, termina sexta-feira (28).

Desde 1995, quando foram criados os grupos móveis de fiscalização, mais de 49 mil pessoas foram resgatadas de fazendas de gado, soja, algodão, frutas, cana, carvoarias, canteiros de obras, oficinas de costura, entre outros. Nesse período, o trabalho escravo contemporâneo deixou de ser visto como algo restrito a regiões de fronteira agropecuária, como a Amazônia, o cerrado e o Pantanal e, paulatinamente, passou a ser fiscalizado também nos grandes centros urbanos.

O combate à terceirização e ao PLC 30/2015, que tramita no Senado para regulamentação da prática, esteve no centro do debate. A secretária de Relações de Trabalho da CUT, Graça Costa, reafirmou o caráter nefasto do PL na "pauta precarizante", cujos malefícios incluem a rotatividade e mais acidentes. "Os patrões nos acusam de não entender a realidade, de ser contra a modernidade. E não há nada de moderno na proposta que remonta os tempos de escravidão, tão antiga quanto o advento do capitalismo, reduzindo direitos, conquistas."

Graça criticou ainda a PEC 18/2011, que reduz a idade mínima para o trabalho de 16 anos para 14. "Ao reduzir a idade para trabalhar, estimula um círculo vicioso de miséria, com jovens que vão deixar de estudar e entrarão precocemente no mercado de trabalho."

Pejotização

O secretário-geral da Intersindical, Edson Carneiro, o Índio, destacou a perversidade da terceirização, que transforma milhões de pessoas, que já tiveram direitos, em pessoas jurídicas (PJs), e empurra outros milhões para contratos terceirizados. "Dizem que somos contra os terceirizados e que não queremos que eles tenham direitos – um acinte. Muita gente esta à margem da lei, consequência da terceirização."

Bancário, Índio destacou que a discriminação afeta gravemente a autoestima do trabalhador. "Já vi vigilante comendo sua marmita no banheiro, sentado na latrina, porque não se sentia à vontade para se sentar no refeitório."

O dirigente aproveitou para criticar a Agenda Brasil, proposta pelo governo. "A agenda é para esfolar o trabalhador. Nos não podemos aceitar essa agenda, que é tão golpista como os manifestantes que vão às ruas pedir o impeachment da presidenta. Precisamos defender os poucos avanços que tivemos."

Índio entende que no momento atual o grande capital impõe mais exploração para aumentar seus lucros, num ataque às convenções coletivas, à CLT, a princípios constitucionais de valorização do trabalhador e normas internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). "É um processo mais que de terceirização, mas de precarização."

Greve solidária

O conselheiro da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat) Luís Carlos Moro defendeu a greve solidária. Para ele, as categorias profissionais devem ampliar sua atuação também na defesa de interesses de categorias próximas.

"Greve é direito. Mas não basta o bancário defender apenas a sua categoria, porque vivemos uma luta institucional de classes. As estratégias sindicais devem se voltar para os trabalhadores com categorias vizinhas. Isso tem de ser estratégia do movimento sindical. O direito de greve por solidariedade. Vamos fazer essa estratégia", disse Moro.

Para o advogado, os trabalhadores devem se unir para combater a ameaça da regulamentação da terceirização, "patrocinada por um Congresso afinado com os interesses das grandes empresas que patrocinam suas campanhas, e não com o interesse do povo brasileiro". "O PLC 30 é reflexo dessa dissociação", disse.

25/08/2015 - RBA

Governo anuncia antecipação de 50% do 13º em setembro

Depois de prever a divisão do adiantamento em duas parcelas de 25% do benefício, governo refaz as contas, assegura uma parcela no mês que vem e diz que segunda seguirá "rotina tradicional"

O adiantamento do 13º salário a ser pago aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) será de 50%. O valor será pago na folha do mês que vem, creditado a partir de 24 de setembro. A decisão foi tomada hoje (24) pela presidenta Dilma Rousseff, conforme nota divulgada pelo Palácio do Planalto. A quantia restante será paga normalmente em dezembro, na folha de novembro.

Anteriormente, a intenção do governo era fazer o adiantamento em duas parcelas, de 25% cada uma, pagas nos meses de setembro e outubro. Desde 2006, segundo o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi), a antecipação era creditada em agosto.

Ontem (24) a CUT divulgou nota criticando a mudança sinalizada. "É um desrespeito com aqueles que contribuíram durante muitos anos para o crescimento e desenvolvimento do país e se programaram para receber o 13º entre o final de agosto e início de setembro (…) A justificativa do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, foi a de sempre: falta de recurso em caixa para fazer o pagamento, que custa aos cofres públicos R$ 15 bilhões. Para pagar os juros da dívida pública federal, que só no primeiro semestre de 2015 foi de R$ 180,6 bilhões, Levy nunca alegou falta recurso em caixa", afirmou a nota da central, que concluiu exigindo a manutenção do pagamento conforme foi negociado entre as centrais e o governo Lula.